

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

**Um bibliófilo e erudito do século XVIII.
Subsídios para a história da livraria do Convento
de Jesus em Lisboa e da Biblioteca da Academia
das Ciências de Lisboa**

MARTIM DE ALBUQUERQUE



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

Um bibliófilo e erudito do século XVIII. Subsídios para a história da livraria do Convento de Jesus em Lisboa e da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

MARTIM DE ALBUQUERQUE

À memória inolvidável
de J. V. de Pina Martins, um
Mestre e um Amigo.

1. Numa interessante comunicação apresentada à Classe de Letras, sob o título *Frei Manuel do Cenáculo e a Biblioteca do Convento de Jesus incorporada na Academia das Ciências de Lisboa*, Artur Anselmo, referindo a iniciativa e o contributo de Frei Manuel do Cenáculo quando Provincial (1768) para a reconstrução do edifício dos frades, e, nomeadamente, para a primeira fase do magnífico salão nobre da respectiva biblioteca (1771-1777), afirma que o recheio desta se compunha, então, de:

- a) 10 000 livros do próprio convento (os que sobraram do terramoto);
- b) 3000 livros oferecidos pelo Bispo de Beja (Frei Manuel do Cenáculo que fora sagrado em 1768);
- c) 8000 obras doadas pelo Padre-reitor de Oliveira de Azeméis.

Quem era o Padre-reitor de Oliveira de Azeméis? Que sabemos sobre a sua vida e obra? Propomo-nos versar, precisamente, sobre isso, como contributo para a história não só do Convento de Nossa Senhora de Jesus, mas da Academia das Ciências de Lisboa, que veio a ser a “herdeira” do espólio bibliográfico daquele. E de que cerca de um terço proveio do religioso em questão.

Antes de entrar *ex professo* no tema devemos esclarecer algo que se prende com o título desta comunicação. Dele constam dois termos diversos. Falamos, de facto, em *livraria* e *biblioteca* respectivamente para o acervo bibliográfico do

Convento de Nossa Senhora de Jesus e para o da Academia das Ciências. Estes vocábulos, hoje usados, por vezes, indiferenciadamente para designar uma colecção de livros, perfilaram-se, não obstante, do prisma cronológico de modo diverso, pelo menos em certas fases do respectivo percurso histórico.

Livraria no sentido de conjunto particular detecta-se já, ao que parece, no português do século XIV – «*Fez Neemias huã Livraria dos Reis e dos profetas*», lê-se num passo dos *Inéditos Alcobacenses*, conforme sinalização de José Pedro Machado no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (s. v. respectiva). De qualquer forma, já no século XV acha-se, sem dúvida, o vocábulo *livraria* empregue na acepção de biblioteca pessoal ou privada, no testamento do célebre Dr. Manganha (1427), facto que José Pinto Loureiro consignou no seu estudo sobre «Livreiros e Livrarias de Coimbra» (1954). Quanto ao vocábulo *biblioteca*, marca presença no idioma português desde o século XVII, tanto para designar o conjunto de livros de um privado, como uma colecção de utilização geral, pública. Esta segunda acepção ganha estatuto com a fundação da Real Biblioteca Pública (hoje a Biblioteca Nacional de Portugal) em 1796. A partir daqui, *livraria* fica, por regra (por regra, acentua-se), para referir os livros particulares. Ora bem, os do Convento de Jesus eram de titularidade privada, mas, haverá ensejo de especificar, havia intenção de consulta pública. Enquanto os livros da Academia pertenceram sempre a uma instituição pública e abertos ao público. A colecção de obras do Convento de Jesus, a despeito de poder vir a ser utilizada pelo comum, porque de origem privada, ficou sempre rotulada de *Livraria*. Enquanto o acervo dos livros da Academia recebeu o nome de Biblioteca. É bom ter isto presente, o que explica que, ainda hoje, a colecção do Convento seja tratada, com frequência, como a *livraria dos frades*. Nesta se integraram os livros do Reitor de Oliveira de Azeméis e dela passaram para a Academia das Ciências de Lisboa.

Devo confessar que, ligado por raízes familiares à zona de Oliveira de Azeméis, as interrogações colocadas ao ouvir a comunicação de Artur Anselmo, desde logo me levaram a inquirir sobre a pessoa desse eclesiástico e que as buscas a que procedi (iniciadas a partir de uma monografia local, os *Annaes de Oliveira de Azemeis*, Porto, 1909, que contém algumas notas sobre ele, parte das quais devidas a José António Gomes Leite Rebelo, Visconde de Santa Maria da Arrifana), pesquisas ampliadas, subsequentemente, com diversas obras impressas e manuscritas, me surpreenderam de forma inesperada.

Trata-se de um clérigo erudito e bibliófilo setecentista que, curiosamente, se encaixa e se cruza com o próprio Frei Manuel do Cenáculo pelo perfil intelectual e pela obra, como, ainda, com o não menos celebrado D. Frei José Maria da Fonseca e Évora.

O Padre-Reitor de Oliveira de Azeméis, que doou ao Convento de Jesus 8.000 volumes (veremos depois com mais precisão que foram 7 a 8.000), chamou-se no mundo Manuel de Oliveira Ferreira e veio a professar, já numa fase outonal da vida, no referido convento, passando a partir daí, a denominar-se Frei Manuel de Jesus de Oliveira Ferreira.

O seu percurso humano e o seu legado, com raras exceções hoje apenas mais ou menos aflorados ou aludidos incidentalmente, foram notáveis e merecem, sem qualquer dúvida, ser lembrados. Desde logo, neste preciso edifício do Convento de Nossa Senhora de Jesus e nesta Academia, ou seja as duas instituições que beneficiaram do seu amor aos livros e às bibliotecas.

2. Manuel de Oliveira Ferreira nasceu no Porto, em 31 de Dezembro de 1711. E foi baptizado a 3 de Janeiro do ano seguinte. Seus progenitores chamavam-se Jorge de Oliveira Ferreira e Catarina Alves – «paes honrados e virtuosos» (no dizer de uma nota autobiográfica escrita quando se preparava para a clausura, nota a que, adiante, teremos ensejo de regressar). Deles foi o primogénito.

Tratava-se de gente modesta, mas que já possuía algo de seu. No processo de habilitação de Manuel de Oliveira Ferreira para Comissário do Santo Ofício, que o foi no tempo do Cardeal D. Nuno da Cunha (*T.T., Manuel, maço 128, diligência 2250*), refere-se o pai como oriundo da freguesia de S. Vicente de Louredo, comarca da Feira, e a mãe como natural da freguesia de S. Miguel de Vilarinho, junto à ponte de Negrelos, arcebispado de Braga. Registam-se como avós paternos Gonçalo de Oliveira, também de S. Vicente de Louredo, e Catarina Antónia, de S. Pedro de Canedo; como avós maternos, Pedro Francisco, lavrador, natural de S. Miguel de Vilarinho, e Ana Álvares, de S. Martinho do Campo. Era bisneto, pela linha do avô materno, de outro Pedro Francisco e de Domingas João e, pela da avó materna, de António Vaz e Leonor Álvares.

O pai foi alfaiate e, depois, tendeiro de mercearia. A mãe era irmã legítima do Familiar do Santo Ofício António Álvares Ferreira (carta de 13 de Outubro de 1701, *T.T., António, maço 40, diligência 954*), mercador, e ao tempo, residente na

Rua das Flores, Porto. Do respectivo processo, consta ainda que sabia ler e escrever, vivia limpa e abastadamente, possuindo loja própria, «posto que lhe não sabem cabedaes alguns, mais que o contratar com verdade». Este veio a casar com Leonarda Baptista, filha de Francisco Ribeiro e Isabel Álvares e viúva do familiar da Inquisição de Coimbra João da Rocha Baptista (*T.T., João, maço 26, dil. 622*).

Sabemos mais, através da nota autobiográfica já aludida, que o Padre Oliveira Ferreira era consanguíneo, pelo lado paterno, do Lente de Leis da Universidade de Coimbra e Desembargador da Casa da Suplicação e Agravos Doutor Alexandre Ferreira, Secretário Real da Embaixada extraordinária à Corte de Madrid; e pela linha materna, do Sargento-mor da vila da Feira, Francisco Álvares Ferreira, Alferes da Casa da Moeda no Porto com foro de Fidalgo da Casa Real de D. João V por *merecimentos próprios* (palavras suas).

Tudo isto nos permite definir ou aperceber uma *gens* modesta, mas já a caminho de ascensão social. O que tem interesse para fixarmos o ambiente familiar do Padre Oliveira Ferreira e compreender que não se reconduzia pura e simplesmente àquilo que Roberto López designou como *extractos sociais inertes*.

3. Desde cedo, Manuel de Oliveira Ferreira se mostrou dotado de qualidades invulgares. Consoante o informa de Barbosa Machado, que Frei Vicente Salgado repete quase *ipsis verbis* numa das duas redacções que nos legou do *Catálogo Historico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal* (Ms. da Academia das Ciências 801, V, fol. 58), aos onze anos escreveu «hum volume em que delineou por árvores todo o género de contas, que ensina a Arithmetica». Por essa altura, ou poucos anos depois, começou a livraria, o que decorre da supracitada nota autobiográfica, na qual afirma que a sua *famigerada livraria* (assim gostava de a referir) lhe «custou o melhor de 20 mil cruzados, coleccionada sobre 50 annos de fadigas literárias». E, mais especificamente ainda, de duas cartas. Numa, a Fr. António Martins da Soledade, de 1 de Abril do ano de 1755, declara que ela lhe custou o «suor de 52 annos», e noutra, ao Padre Frei Manuel da Estrada, meio ano volvido (2 de Novembro), reafirma que a sua livraria «há 52 annos» lhe tem «custado o suor de a ajuntar».

Ainda, e segundo a *Biblioteca Lusitana*, seguida por Frei Vicente Salgado, antes de fazer quinze anos o Padre Oliveira Ferreira era já «perfeitamente instruído nos

preceitos de Gramatica, Rethorica e Poetica». Estudou durante quatro anos Filosofia com os Padres da Congregação do Oratório e com os Jesuítas. Com tal sucesso que foi – servimo-nos dos próprios dizeres do Abade de Sever – «convidado para defender Conclusoens sobre toda a doutrina Aristotelica», tendo-o feito em verso latino: *Metra totius Aristotelicae facultatis*. A filosofia aristotélica constituiria, aliás, tema do particular gosto do nosso biografado, a ele regressando mais tarde com uma *Defensa de Aristoteles, e suas Doutrinas*, em paralelismo e antítese com um *Juizo contra Platão, e seus sectarios*.

O talento de Oliveira Ferreira revelou-se, por igual, na Teologia, em que foi, e de novo acudimos a Diogo Barbosa Machado, «entre todos os condiscípulos o melhor por authentico testemunho do P. Mestre Gabriel Talbot Regente dos Estudos da Congregação do Oratorio onde estudou». Na Biblioteca da Academia das Ciências, conserva-se um códice (o número 695 dos Manuscritos Vermelhos) com as *Obras e Discursos Litterarios que na sua mocidade compôz Manuel de Oliveira Ferreira, estudante nas aulas da Companhia de Jesus da cidade do Porto (copia do Anno Domini 1734)*. Versa as seguintes matérias, umas em latim, outras em português:

- *Problema de Qual mostra ser mais fino amante, o que exemplifica a dor com lagrimas ou o que nega demonstração à magoa?*;
- *Modo Breve, fácil e legitimo de assistir ao Santissimo Sacrificio da Missa*;
- um tratado sobre aforismos relativos a diversos temas;
- *Epistola M. O. Ad M. C. familiarum suum*; e
- por derradeiro, uma *Arte de Musica de canto de orgão* (1729).

Não se ficaram por aqui as valências culturais e o pluralismo de conhecimentos revelados por Manuel de Oliveira Ferreira. Na Universidade de Coimbra iniciou, a seguir, estudos de Direito Canónico. Aí, a 9 de Fevereiro de 1733 (o informe é, de novo, de Barbosa Machado) sustentou «humas Conclusões, que constavam de mil e vinte e dous pontos em que estavam recopiladas as Postillas do Doutor Giraldo Pereira Continho, Lente de Prima de Canones». E, a 18 de Março de 1735, formou-se em Direito Canónico, doutorando-se onze anos volvidos (4 de Outubro de 1746).

Também na Universidade, aprendeu grego e o hebraico. Na primeira destas línguas, em que foi aluno do jesuíta irlandês Padre Patrício Barnewal, a ponto de

conseguir versejar nela. Entre os livros da Biblioteca da Academia das Ciências herdados do Convento de Jesus, ainda se conservam, com a marca de posse manuscrita do Padre Oliveira Ferreira, as *Institutiones absolutissimae in graecam linguam* de Nicolau Clenardo, Lião, *apud* Seb. Gryphium, 1543 (BACL. 112633), com as *Annotationes Renati Guillonii in grammaticam graecam Clenardi*. Na segunda das línguas citadas, isto é o hebraico, aprendeu apenas alguns rudimentos, sabendo distinguir os caracteres e, de acordo com Frei Vicente Salgado, não se havendo interessado em prosseguir (Ms. 801V, fol. 58, BACL).

O latim, e o português, por seu turno, foram os seus idiomas predilectos, naquele manifestando, bem precocemente, dotes de excepção. Prova-o o grande número de obras que nessa língua redigiu e, também, o facto de ter chegado a metrificar de improviso, ao estilo dos poetas do velho Lácio. Para latim, trasladou, mesmo, o canto VII d' *Os Lusíadas*. E não se pode olvidar a circunstância de, já no fim da vida e no sossego claustral, se entreter a compor em versos latinos uma *Descrição Histórica da Jornada que o Papa Pio VI fez a Viena de Áustria*, que não chegou a completar, mas que, diz Fr. Vicente Salgado, passava de seiscentos versos (*Catálogo Histórico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, Ms. 505 V. da BACL). Encontra-se hoje na BACL., Ms 780V – *Metrica Apotheosis SS. PVI, sive iter sacrum Pontificum in Viennam Pro Pace Ecclesiae*.

4. A multidisciplinarietà de que o Padre Manuel de Oliveira Ferreira foi capaz e as suas capacidades linguísticas serviram de pilares a enorme produção literária – mais de centena e meia de escritos de que fazem memória Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*, Sousa Farinha no *Sumário* desta e Frei Vicente Salgado, que soma, ainda, alguns mais aos elencados nas duas obras acabadas de citar (BACL., Mss. 505V e 801V). Trata-se de produção impressionante dada a variedade temática e de ramos de saber: Teologia, Direito, Gramática, Retórica, Poética, Filosofia, História, Arqueologia (escreveu, inclusive, sobre a antiga Lancóbriga), Música (deixou-nos um estudo sobre esta arte), Astronomia e até Medicina... Dissertou mesmo sobre Hipócrates, Galeno e Avicena – *Loca Hypocratis, Galeni, Avicenae que et aliorum Authorum praecipuae frequentata*. Entre parêntesis, diga-se que na BACL., com a sua marca de posse, subsiste a ed. de Veneza de 1545 da *Ars Medica (...)* *simul cum locis, et Galeni integris* de Donato Antonio Altomare. De vincar é, porém, acima de tudo, ter o Padre Oliveira Ferreira sido eleito

Académico Erudito da *Academia Médica Portopolitana*, associação científica que sucedeu no tempo a uma outra agremiação médica de vida efêmera e que antecederia uma terceira, a *Real Academia Cirúrgica Portuense*, todas as três ligadas ao autor dos *Estrangeiros do Lima*, Manuel Gomes de Lima Bezerra. Sobre esta Academia se têm debruçado vários estudiosos da história da Medicina em Portugal, como Maximiano de Lemos em 1899 e Augusto da Silva Carvalho em 1928, para além de investigadores de outras áreas, com especial relevância para António Alberto Banha de Andrade, em «Uma Academia Científica Luso Espanhola antes da expulsão dos Jesuítas», *Brotéria*, XL, 1945, pp. 619-636.

Os estatutos da *Academia Médica Portopolitana*, datados de 14 de Abril de 1749, receberam aprovação real em 20 de Maio, a que foi acrescentado um aditamento aprovado em 13 de Dezembro do mesmo ano. A nova instituição nasceu «debaixo da augusta protecção do Serenissimo Principe D. Joseph, Arcebispo, Primaz e Senhor de Braga», um dos chamados «meninos da Palhavã», por «resolução sua de 20 de Março de 1749». Era fundada «para o cultivo da Medicina Experimental». No número um do *Estatuto* respectivo lê-se: «O principal cuidado da Academia Medico-Portopolitana, será o serviço, e honra de Deus Trino, e Uno; a veneração dos seus preceitos, beneficio dos proximos, augmento das Faculdades Medicas e suas ministras, seguindo as maximas da Natureza, os Experimentos practicos, e o methodo experimental racional, abandonando as ideias Physicas, que *encontrarem* a experiencia, e os phenomenos do Macrocosmo, e Microcosmo». De acordo com o número dois da regra estatutária, a Academia, que abrangeria a Península Ibérica, constaria «de todas as faculdades, que possão discutir pontos a Medicina pertencentes». Por isso mesmo, teria diversos tipos de classes – «Academicos Ilustres, Academicos Collectores, Academicos Eruditos, e Academicos Experimentaes». Os primeiros, pessoas de renome pelo sangue e pelas letras nos reinos ibéricos; os segundos, «eruditissimos Varoens Medico-Hispanienses»; os *Experimentais* «doutos Medicos, Cirurgioens, Anatomicos, Pharmaceuthicos, etc., a quem a sciencia e o bom methodo tiver colocado no lugar de verdadeiros Professores»; quanto aos *Eruditos*, seriam recrutados entre «famigerados Professores de Sciencias, e Artes, que de alguma maneira possão concorrer para o adiantamento, e progresso da Medicina, v. g., Physicos, Mathematicos, Jurisprudentes, Theologos, Humanistas, etc.». Nestes se inseria o Padre Oliveira Ferreira (referido expressamente, aliás). Não foi, decerto, um médico ou prático de Medicina, nem

sequer caseira; a Medicina, contudo, insere-se no vasto leque das suas preocupações intelectuais de conhecimento e no contexto e vertente das relações com as demais áreas do saber.

Homem verdadeiramente interdisciplinar, caracterizou-se o Padre Oliveira Ferreira, ainda, pelo apreço dos outros a quem consagrou epigramas, encômios, elogios. E celebrou sucessos e eventos dos mais díspares, que traduzem uma muito especial atenção ao mundo circundante, não apenas ao circuito religioso. Disso é prova, – e estamos exemplificando – um epigrama latino em louvor da obra sobre a vida de Maria Stuart da autoria de Francisco de Sousa e Silva Alcoforado, que José Freire de Montarroio de Mascarenhas recolheu, com outros sobre a citada produção literária, numa *Collecção de poesias* hoje na secção Pom-balina da Biblioteca Nacional (cod. 127, fls. 105). À inclinação verdadeiramente universalizante do Padre Oliveira Ferreira, resultado de leituras e saberes de quadrantes de toda a natureza, nem sequer o mito escapou. Consagrou a D. Sebastião um poema épico latino em 12 livros, mas dissertou, por igual, sobre o Bandarra (*Somnia Bandarrae*, 99 versos) e não se eximiu a denunciar energicamente os erros dos sebastianistas – *Portugal vindicado das rezoens dos Sebastianistas* (BACL., Ms. 781V.)

Não é minha intenção fornecer aqui, abusando dos limites da paciência dos leitores, relação da tão extensa e heterogénea produção escrita do Padre Oliveira Ferreira. Parte da qual traduz-se em puros exercícios intelectuais, verdadeiros jogos de espírito, não raro deixando transparecer um autêntico carácter lúdico. Cinjo-me, por hoje, e tão só, às obras atrás citadas e às que haverá, ainda, ensejo de aludir. Ficará para publicação futura o levantamento a que procedi, a partir dos autores trazidos à colação e dos informes contidos nos trabalhos dele próprio e na relação que nos deixou das suas obras impressas e manuscritas.

Suponho, e tal chega agora, que fica absolutamente claro o enciclopedismo do Padre Ferreira. O qual impressionou fortemente os seus contemporâneos. Dessa incisiva impressão constituiu síntese e símbolo um facto bem ilustrativo. Agostinho Rebelo da Costa na *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, 1789, junta, no fim de cada biografia, os conhecimentos em que se distinguiram e notabilizaram os autores ilustres da cidade invicta. Exemplo: Retórica, Filosofia, Direito, Medicina. E, a finalizar o registo do Padre Manuel de Oliveira Ferreira, limita-se, sintética e expressivamente, a uma só palavra, a única menção.

Enciclopédia. Expressiva, sem dúvida, mas não unívoca. *Enciclopédia* no sentido de *enciclopédico* ou na acepção de *enciclopedista*? De um saber alargado, plúrimo, universalizante ou numa acepção ideológica de corrente cientifista, crítica, racionalista, de luzes racionais, isto é conectada e afim com o iluminismo? Obviamente, o Padre Oliveira Ferreira foi um homem com tendência enciclopédica no campo e conhecimento de variadas disciplinas do saber. Quanto ao *enciclopedismo* propriamente dito, se sofreu a sua influência e em que grau, só o exame cuidadoso e aprofundado da respectiva obra, que está por fazer, o poderá afirmar ou contestar. Certo sendo, todavia, que *enciclopedismo*, enquanto razão e crítica, não se apresenta inelutavelmente antagónico com a religião e a fé, embora, por vezes, haja uma tendência para o entender dessa forma redutora, esquecendo-se que a realidade poucas vezes se reconduz ao branco e negro; assume cambiantes e formas diversas. Não vai sem anotar, a propósito e para dar um só exemplo, que na livraria do Convento de Jesus, de uma casa religiosa pois, existiram (e continuam a existir) nem mais nem menos que dois exemplares da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers* (imp. de Paris, 1751), bem como o *Nouveau Dictionnaire pour servir de supplement au Dictionnaire des Arts et Metiers, par une société de Gens de Lettres* (Paris, 1776-1777). Que dessa mesma livraria faziam (e fazem ainda hoje) parte obras de muitos dos colaboradores da grande empresa literária e científica de Diderot e d'Alembert – Buffon, Rousseau, La Condamine, Condillac, Helvetius, Raynal, Voltaire...

Um crente (como o Padre Oliveira Ferreira e tantos outros) só por isso não é, inexoravelmente, incompatível com o enciclopedismo. Se ele enfileirou, ou não, no número dos enciclopedistas, eis algo que, no momento, não podemos afirmar e que fica em aberto. Que possuiu espírito crítico afigura-se, ao invés, incontroverso. Aliás se não foi enciclopedista, ele que havia sido, inclusive, aluno dos oratorianos, convergiu com o enciclopedismo na ânsia do saber abarcante, universalizante, interdisciplinar, e numa das suas vias de democratização da cultura, porque quis e pôs a biblioteca – a isso retornaremos especificamente – ao serviço público.

5. Manuel de Oliveira Ferreira foi eleito Abade de S. Miguel de Oliveira de Azeméis e Pároco principal de S. Tiago de Riba Ul mediante concurso sinodal de Setembro de 1741, como ele próprio lembra, tomando, em consequência, posse

do lugar com a dignidade de Reitor (23 de Janeiro de 1742). Preparou-se, cuidadosamente, diz o Abade de Sever, «com vigilancia de solícito pastor» e sabemos até que elaborou um guia de orientação significativamente rotulado *Instituta Parochiana ou Pastor de si mesmo e dictames para as suas ovelhas* com máximas «dos Textos da Sagrada Escritura, Canones Apostolicos, Bullas Pontificias, Concilios Geraes Provinciais, Decretos Rituaes das Congregações e Synodos Diocesanos». Existente na BACL, Ms. 829V.

Não deixa de ser curioso anotar a coincidência cronológica da designação e proviamento como Reitor de Oliveira de Azeméis com os começos episcopais do célebre D. Frei José Maria da Fonseca e Évora. Este foi designado Bispo do Porto, por D. João V, em 10 de Fevereiro de 1739, estando ainda em Roma. Regressou a Portugal e chegou a Lisboa a 18 de Dezembro de 1740. Foi sagrado em 12 de Março de 1741. E apontar, em simultâneo, a comunidade intelectual e espiritual entre o Padre Oliveira e o prelado. Ambos franciscanos, ambos doutores em Direito Canónico, ambos apaixonados bibliógrafos, ambos dotados de larga curiosidade e paixão cultural. Não esqueçamos que D. Frei José Maria da Fonseca e Évora foi o instituidor e fundador da célebre biblioteca de *Ara Coeli* em Roma e que o nosso biografado, além de bibliófilo compulsivo, viria a ser bibliotecário do Convento de Nossa Senhora de Jesus, cuja livraria muito enriqueceu e para a organização da qual contribuiu. E não por acaso, ainda, está a circunstância de o Reitor de Oliveira de Azeméis ter consagrado ao «seu» bispo três obras gratulatórias e laudatórias. Uma, vinda a lume impressório logo em 1740 com os elogios dos bispos da cidade do Porto e dedicada *expresse* a D. Frei José Maria, sob o título *Anacephaleosis Metrica seu proverbial encomium singulorum Portopolitana Dioceseos Presulum, allusionibus concinna*. Outra, celebrando a entrada do mesmo prelado na cidade invicta, só foi publicada em 1745: *Museo Triphylactivo, ou Demonstração de Affecto nas tres Noites Atticas na Cidade do Porto, quando nella entrou o Excelentissimo e Reverendissimo D. Frei José Maria da Fonseca e Évora*. Contém, v. g., um romance em decassílabo, outro preoratório, dois sonetos, quatro epigramas latinos, nove dísticos. E, ainda, um *Canto Epico, em que narra a Fabula de Apollo e Calliope, com alusão ao entendimento de Sua Excellencia*. As duas últimas produções acham-se inseridas e publicadas na *Collecção de Aplausos em Prosa, e verso, que consagrou a Cidade do Porto ao seu Excellentissimo Bispo*, impressa em 1745 na «Regia Officina Sylviana e da Academia Real».

Durante mais de três décadas, esteve o Padre Oliveira Ferreira como pastor da Reitoria de Oliveira e Pároco Principal de S. Tiago de Riba Ul, nunca esmorecendo nas respectivas tarefas. Não cuidou apenas das almas. A sua actividade fez-se ainda sentir na renovação e conservação do património de culto e construído da zona paroquial de que estava incumbido. Mesmo assim, encontrou sempre ocasião e tempo não só para a escrita, mas também para outras actividades, como a de Opositor da sua Faculdade (1746), ou seja em Cânones; a de Juiz Protonotário Apostólico por eleição de Bento XV; a de Leitor ou Censor de livros no tempo de Clemente XII; a de Cronista da Ordem Seráfica, instituído pela Mesa da Congregação da Rainha Santa Isabel da cidade do Porto e confirmado pelo Ministro Geral dos Terceiros Franciscanos no capítulo de Valladolid, consoante ele próprio frisou no *Compendio Geral da Ordem Terceira de S. Francisco* (1752).

Procedeu, também, ao levantamento das *Notícias* concernentes às noventa freguesias da comarca eclesiástica da Feira (BACL, Ms. 480 a 483V). Inventário histórico precioso, tanto do prisma de património espiritual, como do ângulo do património material da zona. No volume 1.º da obra em causa, a fl. 84 v.º, encontramos, aliás, menção com alto interesse para o nosso tema e que é ilustrativa dos dados recolhidos. Reporta-se à biblioteca existente na residência paroquial, ao tempo: a sua própria livraria...

6. Com isto estamos de regresso a um aspecto nuclear e central da presente comunicação: «contigua [à Igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis] – lê-se no tomo e fólio citados –, aparece a Casa da Residencia do Reitor; à qual o actual [ou seja, ele mesmo] reformou, e em hũa Larguissima Salla colocou a Sua Livraria, hũa das mais exquisitas do Reino, avaliada em seis mil cruzados, junta com Laboriozo estudo, e numeroza sobre Cinco mil volumes raros, mandados vir de varias partes do Mundo».

A biblioteca, que foi sempre crescendo, acompanhou o Padre Oliveira Ferreira mesmo depois de, cansado das fadigas paroquiais, ter resignado ao cargo eclesiástico que exerceu tantos anos, para entrar no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa.

O processo da dupla transladação do Padre Oliveira Ferreira e da sua livraria – as duas grandes preocupações que, a partir de certa altura, o dominaram em permanência – reconstrói-se com invulgar precisão histórica documental.

Na base da sua decisão e determinação, para lá da própria devoção seráfica, do culto do Santo de Assis (escreveu, como não podia deixar de ser, uma *Vida do Seráfico P. S. Francisco, Glorioso Instituidor, e Patriarcha das Terceiras Ordens*), está a devoção de Maria. Vivência profunda, contínua, que transborda da sua correspondência, e que quis especificamente exarar em disposição *mortis causa*. Na vontade final. De facto, no seu testamento, assinado no próprio ano do noviçado e datado de 30 de Dezembro de 1776, fez questão de deixar firme testemunho de dedicação e influência que sobre ele teve a Virgem Maria e de lhe ligar o destino da livraria.

Logo na disposição ou cláusula primeira, e a propósito da livraria, de que não se fatiga em lembrar quanto despendeu em dinheiro e em tempo e cansaço – «Primeiramente disponho da minha Livraria, que me custou o melhor de vinte mil cruzados, suor, e fadigas de cinquenta e tantos anos» –, para afirmar de imediato: «a qual no anno de quarenta e oito deste corrente seculo por voto expresso, que fiz, prometi, e votei dar, e entregar a nossa Senhora May de Jesus, pelo favor que me fez de me livrar Deos por sua intercessão de hum deplorável pleuris, e nesse perigo compuz nos quinze dias intermedios o poema B. V. C. [*De Conceptione Virgine Mariae*] que consta de quase dois mil versos heroicos, obra que na infancia lhe prometti para illustração do próprio engenho, e se corroborou este voto da Livraria com singulares privilégios da Sua Maternal Protecção...».

Enumera, seguidamente, vários sinais que recebeu. Com relevância para o facto de ter sido questionado por Frei Cipriano de Santo António – utilizamos, de novo, as suas mesmas palavras – «porque não vinha [...] para a sua Religião da Terceira Ordem em nome da mesma Senhora, como tinha sucedido com o Venerável Doutor Alexandre de Sales da Ordem Primeira Seráfica». Contestou que «recorreria primeiro à vontade Divina», mas «abrindo logo por sorte o Breviário Romano», encontrou as palavras – *Vade ad Virginem* –, «clauzula final da lição septima do dia quinze de Dezembro de 1774, Oitava da Conceição Immaculada». Deus havia-lhe indicado pessoalmente o caminho, com a inevitável consequência: «reflectindo, que falava Deus ao meu entendimento, e comigo só, resolvi entrar na sobredita Religião [Terceira]». Por este e outros sinais que se lhe seguiram, fez o voto religioso. Por isso, também, podiam os Reverendíssimos Prelados do «Convento de Nossa Senhora de Jesus, tomar posse dela [da livraria] em nome da mesma Senhora». Com reserva, porém – excepçiona – do «uso e lição

quotidiana da mesma [...] para os meus estudos athe o fim feliz, que espero da minha vida».

Estabelecida a decisiva motivação religiosa do culto mariano e o resultado final, vejamos, todavia, a sequência fáctica que conduziu daquela a este.

7. Para tanto, dispomos, ainda hoje, de elementos curiosíssimos. Constan de correspondência que faz parte do códice CXXVII-2-9 da Biblioteca Pública de Évora, no qual se guarda um conjunto de cartas do Padre Oliveira Ferreira para Frei António Martins da Soledade, Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco que sucedeu, precisamente, a Cenáculo, e, ainda, uma outra, a Frei Manuel da Estrada, da mesma Ordem. As cartas em referência foram objecto de elenco por Cunha Rivara e Teles de Matos (*Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica de Évora*, Lisboa, 1869, t. II, p. 510-511), e versam sobre a passagem do nosso biografado ao convento, bem como a doação da sua livraria. Precisamente anexa a uma delas, existe a nota autobiográfica já várias vezes aqui invocada e a cópia do próprio testamento de Frei Manuel de Jesus Oliveira Ferreira. Essa correspondência protrai-se de 18 de Fevereiro de 1775 a 16 de Dezembro do mesmo ano, embora no códice não estejam as cartas dispostas cronologicamente de forma rigorosa.

Sente-se em diversas das epístolas, repetidas vezes, a mão de Frei Manuel do Cenáculo. Diga-se, de resto, que tal correspondência faz parte do espólio deste, como, a respeito de sete cartas e por referência ao transporte da biblioteca do Padre-Reitor de Oliveira de Azeméis para Lisboa, notou pertinentemente Francisco Vaz, no estudo «A ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX», publicado em 2007 num dos volumes em homenagem ao Prof. Artur Teodoro de Matos.

8. A 7 de Janeiro de 1775, Frei António Martins da Soledade escreve ao Padre Frei Cipriano de Santo António a acusar a recepção de uma carta deste. Da epístola de Soledade a Frei Cipriano, vê-se que se regozija com o facto do Reitor de Oliveira de Azeméis ter aceite a sua vocação – «Li a sua Carta, e louvo a Divina Providencia como dispõe os meios para os fins quando determina: acceitando o S.^{or} R. R.^{or} as suas vozes como instrumento da sua vocação lhe pode assegurar que da nossa parte há hũa vontade de o recebermos, livre de escrupulo, que não

seja impedimento ao chamamento do Senhor». Podia assegurar que Sua Excelência, isto é o Bispo D. Frei Manuel do Cenáculo, e ele, Frei António, têm nisso «muito gosto e nos oferecemos para o que o mesmo S.^{or} R.^{or} determinar». Frei António recomenda, aliás, a Frei Cipriano que trate do negócio somente com o próprio Reitor, «que assim pede a prudencia». Envia um papel que deverá entregar sem demora, papel esse de incitamento (decidida a vocação deve ela ter o devido efeito).

O Padre Manuel de Oliveira Ferreira, por seu turno, dirige-se em 18 de Fevereiro ao Provincial asseverando «o affecto e grande dezejo de ser subdito com os Solénes vinculos da Religião». Especifica que o principal motivo que o atrai «a fugir do Seculo para o Paraizo Mystico» é «tentar o mais pequeno Caminho para a ultima felicidade». Requer solução para certos pormenores – «alguns incidentes controvertiveis», assim os denomina, rogando que comunique ao Bispo, seu senhor, ou seja a D. Frei Manuel do Cenáculo, pedindo o voto deste «para maior expediente de tanto negocio».

Não vamos, como é óbvio, entrar nos senões das cartas em questão. Impõe-se, contudo, sublinhar alguns pontos. Desde logo, o firme propósito religioso do pretendente ao claustro, emergente de repetidos passos. Depois, as dificuldades que se foram colocando, desde a necessária licença e concordância do Bispo do Porto para a resignação do benefício eclesiástico, a qual acabaria por originar a nomeação como novo titular do próprio sobrinho do Padre Oliveira Ferreira (o Padre Domingos Ferreira da Rocha) até à pensão que queria reservar ao pagamento de algumas dívidas, ao destino terreno dos bens que possuía e, sobretudo, o que mais interessa agora, ao problema da sua «famigerada biblioteca».

1 de Abril. Nova carta a Frei António Martins da Soledade. Desta feita, o Padre Oliveira Ferreira responde a uma de 12 de Março, esclarecendo que previu algumas objecções («insinuações», consoante escreve) e dizendo que «gostaria se pedisse Bula de união a essa Biblioteca» (como é evidente, alude à união da sua livraria com a do Convento). Quanto às objecções, é categórico no sentido de que a livraria não deve ir por mar, dada «consideravel despeza, e maior perigo» – «por terra com certeza, e presteza». Custou-lhe o «suor de 52 annos» e «perto de 200 caixotes a não levam». Acredita que o vir a «ser publica coincide com especial voto aos nomes de Jesu e Maria, congruentissimo prezenemente». O ensejo era adequado para uma observação a que não falecia, talvez, um subtil aroma de

remoque: «Reconheço – tal a sua observação – que as livrarias grandes de Europa se formaram de muitas pequenas, e digno de memoria, que a do Escorial, Paris, Vaticano, Coimbra se aumentaram com os acrescimos das de Filipe II, Francisco I, Sixto IV e do Cardeal Sousa...»

9. Nem dois meses depois – 23 de Maio –, pede Oliveira Ferreira que Frei António da Soledade expeça ordens ao Padre Frei Cipriano «para o transporte [dos livros] se fazer, como melhor parecer: que eu não posso ir sem elles». Já advertira o «computo» e apenas a «Polygolota de Walton, sobrasahe ao ordinario pezo». Formula, de imediato, várias e aparentemente incompreensivas interrogações quanto a diversas espécies. «Que serão dos Acta [...] da Sagrada Rota, dos Bullarios, dos Concilios? Grevios, Gronovios, Kircher, Uguello, Tostado, Santos Padres, etc.?».

De algumas destas espécies – os *Acta* da Sagrada Rota, os *Bullarios*, os *Concilios* – existiam já no tempo do Padre Oliveira Ferreira bem numerosas colecções e colectâneas, como pode comprovar quem se der ao trabalho de compulsar o livro incontornável de Van Hove, *Prolegomena ad Codicem Iuris Canonici*, o que torna inviável adiantar alguma coisa concreta sem demorada e exaustiva prospecção na livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus. Por maioria de razão, o mesmo se pode subscrever no que respeita aos *Santos Padres*, tantos e tão diversificados. Aliás, esta referência é aos escritos dos Santos Padres, à obra deles, ou às suas vidas, à hagiografia?

Começando por este último ponto e pelas interrogações enunciadas em deradeiro, há que não esquecer: por um lado, e quanto às obras que a *Patrologia latina* com os seus 217 volumes só surgiu muito posteriormente (1844-1855) e a *Patrologia grega* em versão latina 85 volumes, em 1856-1865 e em grego e latim 167 volumes, em 1857-1866, pelo que o Padre Oliveira Ferreira não podia dispor de tais conjuntos; por outro, ao invés o facto de, e relativamente, às vidas, a crítica oriunda da própria Igreja Católica de há muito vir procedendo à separação do lendário daquilo que se podia basear em fontes históricas fidedignas e nessa base se procedia a uma colecção. Quem teve pela primeira vez a ideia de publicar tal colecção foi o jesuíta belga Heribert Roseweyde, mas sem grande acolhimento dos círculos eclesiásticos. O projecto foi levado avante com sucesso por um beneditino da mesma nacionalidade, nem mais nem menos que Jean Bolland

(1596-1665), cuja empresa foi, depois, continuada ao longo dos tempos por vários outros autores, como Godefroid Henschen (1601-1681), Daniel Papebroech (1628-1714). Como escreveu Ludovico Gatto no capítulo subordinado ao título «Gli Acta Santorum» do seu livro *Viaggio Intorno al Concetto di Medioevo* (ed. de 1981): «Das tentativas conjuntas de Bolland *in primis*, de Henschen e de Papebroech, nasce uma obra imponente cuja edição viu a luz no século de Seiscentos, e de que importantes reimpressões foram publicadas em Setecentos e em Oitocentos, continuando-se a trabalhar até aos nossos dias em torno dos *Acta*». Não nos deteremos aqui sobre esta colecção hagiográfica senão o estritamente necessário, pois isso desviar-nos-ia e levaria muito longe. Aparecida, como se frisou, a primeira edição, 56 vols, in fol., entre 1645 e 1858, com reimpressões isoladas de um ou outro volume (Jacques Charles Brunet, *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres*, Paris, 1860, I, cols. 1076-1077), verificou-se uma outra em Veneza em 1734 e anos subsequentes, que integrou, depois, volumes editados em Antuérpia e Bruxelas. Ora, no salão nobre da livraria do convento de Jesus (hoje o salão nobre da biblioteca da Academia) existe um exemplar da colecção dos *Acta sanctorum* iniciada em Veneza 1734, 54 vols. (11.69.5 e seg). Teria, porém, sido do Padre Oliveira Ferreira? Dúvida que se pode, a uma primeira vista, colocar com pertinência porque o conjunto integra, como volumes finais, dois, um de 1780 e outro de 1786. Ora o nosso coleccionador morreu em meados de 1782, pelo que o volume de 1786 jamais poderia ter vindo da sua livraria (e acaso também de 1780). Sucede, porém, que os dois volumes em causa – um de Antuérpia e outro de Bruxelas – diferem quanto às lombadas da encadernação dos restantes, v. g. no que respeita aos rótulos, de cor diferente, o que parece indicar que foram adicionados ao conjunto *a posteriori*. Ou seja, que teriam sido adquiridos pelo Convento já depois da morte dele. A ser assim, como cremos, e com a reserva cautelar que a exigência de rigor científico impõe, 50 dos 54 volumes dos *Acta Sanctorum* pertenceram ao Padre Oliveira Ferreira.

Já quanto aos vários autores especificamente citados na carta em exame, podemos adiantar que de todos existem na Biblioteca da Academia das Ciências com a marca da pertença do Convento, exemplares de várias obras, de que salientaremos por terem referência no *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres* de Jacques-Charles Brunet, as seguintes. Para Grevio [Johannes Georgius Graevius] o *Thesaurus antiquitatum romanorum*, Venetiis (Veneza), 1732-1737, 12 volumes in

folio; quanto a Gronovio [Jacobus Gronovius] o *Thesaurus graecorum antiquitatum, Venetiis* (Veneza), 1732-1737, 13 volumes, também *in fol.*, que fazem parte da coleção de antiguidades de Graevius; por reporte a Kircher [o Padre Athanasius Kircher] oito, incluindo a *Arca de Noe, in tres libros digesta, quorum I. de Rebus quae ante diluvium; II. de iis, quae ipso diluvium ejusque duratione; III. de iis quae post diluvium a Noemo gesta sunt, Amstelodami* (Amesterdão), 1675, *in fol.*; relativamente a Uguello [Ferdinandis Ughelli], *Italia sacra, Venetiis* (Veneza), 1717-22, 10 volumes, *in fol.*, de que o mesmo Brunet elucida: «Ouvrage indispensable dans une grande bibliothèque, quoiqu'il laisse beaucoup à désirer, sous le rapport de la critique»; finalmente, do Tostado [Alphonsus Tostatus] os *Opera omnia, Venetiis* (Veneza), 1728, 27 tomos em 20 volumes, *folio*. O simples elenco das obras acabadas de seriar chama imediatamente a atenção para a circunstância de se tratar de espécies de grande formato, *in folio*, e compostas por numerosos volumes, susceptíveis pois de ocuparem largo espaço. Isso, acaso, explicará as interrogações que o Padre Oliveira Ferreira colocou logo após a alusão à excepcionalidade da *Biblia Polyglota* de Walton.

10. Feita esta pequena digressão bibliográfica, de óbvio interesse, recentremos, todavia, a exposição no problema do *modus transportandi* da livraria para o Convento, que tanto preocupava o Padre Oliveira Ferreira. Para a época, sem dúvida, tarefa difícil e árdua. Hercúlea. Ao seu espírito surgiram várias alternativas. Mereceu-lhe particular atenção o que respeitava à via a utilizar, não achando prudente a marítima «Por mar – adverte – poucos se aventuram. Perdeu-se a Livraria do Senhor Bispo D. Aleixo na barra do Douro: e nas costas do nosso oceano muitas dos Dezebargadores da Relação desta Cidade quando se transportavam à de Lisboa». Para não falar nos naufrágios de outras «em diversas nações, de que há só triste memória nos Biografos». Consultou o Bispo do Porto sobre a renúncia ao seu lugar de Reitor e dispõe-se para, caso necessário, vir à Corte tratar do assunto. Termina esta missiva dizendo que escreve ao Bispo D. Frei Manuel do Cenáculo «porque no seu sublime Espirito quero entrenhar este meo presentaneo sacrificio».

A questão do transporte é abordada mais uma vez, noutra carta a Frei António da Soledade (datada de 27 de Maio). Estavam em causa, além de tudo, os custos – dos caixões, certamente mais de duzentos e o que isso implicava em

madeira (de pinho), pregos, oficiais e cordas. Era, ademais, preciso pensar nas bestas, carros, condutores, até Lisboa, passando por Estarreja e Aveiro. Avisa sobre «os perigos, e aballos em meter e tirarse [os livros] da embarcação» – descolagens, os «salitrados cheiros do mar» que «fazem abolecer». Não possuía dinheiro necessário – «aliás à minha custa faria tudo». Diz, ainda, que viu a carta de Frei António de 19 de Maio e deu «graças a Deus no Santissimo Sacrificio». «E depois – acrescenta – logo me assaltou desejo inexplicavel de me ver nesse Ceo, onde espero todo o bem». Sentiu, até, necessidade de compor uma poesia que não remete e não sabe se será digna de publicação. Misturam-se, de novo, as preocupações materiais sobre a livraria, os acordes espirituais e a expressão literária.

Tudo isso, aflora na continuação da correspondência.

De Junho (17), data nova missiva do Padre Oliveira Ferreira ao Provincial, em que lhe comunica: «esperando o ultimo aviso que alcancei da boca do R. P. Fr. Cypriano, instrumentario deste negocio, quase arrebatado de um somno, sem demora me pôz a caminho a 14. dia de S. Boaventura, que no nome e na obra me facilitará com seraficos influxos». Chegou a Coimbra, e acompanhado pelo Padre Estrela, prosseguiu (para Lisboa?). Feliz, compôs um dístico latino a Nossa Senhora. Confessa que não teve outra pena senão demorar-se «e não poder voar a prostrar-se aos pés do Ex.^{mo} Senhor Bispo de Beja e aos de V. Reverendissima, o que espero com ardentissima vontade para maior gloria de Deus».

A 26 de Agosto, elucida que foi ao Porto e entregou «a carta de Sua Ex.^a [o Bispo D. Frei Manuel do Cenáculo]», mas não teve resposta do prelado nortenho. Recebeu, por mão do Padre Mayne, um «mandato regio», sem especificar mais, mas, decerto, ligado com o desenrolar que vimos seguindo pela correspondência.

Mais uns dias. E, em 2 de Setembro, para além de adiantar a posição negativa do Bispo do Porto quanto à renúncia do seu benefício e conversão em pensão, assunto em que se detém, informa que mandou «vir Vicente Pedro para empacotar os Livros e para a prontidão». Demora-se, ainda, no pagamento de dívida de duzentos mil reis que tem no Porto. O Provincial acorda em mandar uma letra dessa importância «para satisfação» do empréstimo, como decorre de nova carta do Padre Oliveira Ferreira a Frei António da Soledade (17 de Setembro), na qual o primeiro esclarece, ainda, que «mandou aviso a Vicente Pedro para o transporte» e já se enfada da demora. Mais uma vez, lembranças para D. Frei Manuel

do Cenáculo. No mesmo mês (desta feita, a 24), retoma o tema da renúncia do benefício – no sobrinho, o Padre Domingos Ferreira da Rocha. Entretanto, no meio da troca epistolar com Frei António da Soledade, conta-se uma carta a Frei Manuel da Estrada, com data de 2 de Outubro, também sobre o problema do transporte da biblioteca: «Chegou aqui o Senhor Vicente Pedro de Lacerda com força grande dizendo que lhe entregasse a livraria: eu respondi que o tempo estava chuvoso, e que não consentia em remeter a minha livraria, que há 52 anos me tinha custado o suor de a ajuntar. He tempo chuvoso, que se perdem os Livros encaxados, e sem eu ir com ella, não a deixo ir, para ver, se vão conforme o ajuste do papel. Fizemos o rol de cada hum dos livros e chegou a sete mil [...]. O tempo repentino foi causa de toda a demora; que eu estou pronto, a ir com ella, sendo tempo fixo». Espera um milagre de Frei Manuel da Estrada...

Já em 15 de Outubro, o Padre Oliveira Ferreira confirma a Frei António da Soledade que Vicente Pedro irá, e com ele a livraria. Num penúltimo escrito (5 de Novembro), pede que não se demore «a condução dos livros nas paragens como Águeda, Coimbra, etc. e que se há fazer em direitura a Torres, e dahi em barcas de Santarém ao Cais de Lisboa». Finalmente numa última carta, já no fim de 1775 (mais exactamente, 19 de Dezembro), insiste no caminho de Coimbra, Torres e Lisboa. Consigna, em *post-scriptum*, que a letra, acima aludida, foi cobrada e recebida pontualmente.

11. A livraria daquele que se chamou em religião Frei Manuel de Jesus, foi, por fim, transladada ao Convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa. E conhecemos, até, com precisão, o custo derradeiro de toda a operação. As despesas de transporte, consoante decorre do espólio de Frei Manuel do Cenáculo, dirigente último, como se percebe, de toda esta estratégia (cod. da B. P. de Évora, CCXXVIII – 2-5, fol. 62) encontram-se exaradas em passo já assinalado por Francisco Vaz, no estudo, atrás invocado, e atingiram 352.000 reis. Os livros ultrapassaram os sete mil de acordo com essas contas e eram mais do que havia previsto o intermediário e, por isso, o valor do frete subira.

Onze anos mais tarde, Agostinho Rebelo da Costa, na *Descrição Topographica e Historica da Cidade do Porto*, registava que a «grande livraria» do Padre Oliveira Ferreira transportava para a Ordem Terceira de S. Francisco, «segundo a comum estimação se avalia em vinte mil cruzados».

Oliveira Ferreira tomou o hábito religioso em 1776, proferindo, então, uma *Oração latina* na Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus. «A satisfação em que deixava o Mundo e com que desprezava as suas vaidades mostrou este Religioso em huma oração latina que recitou, quando se propoz ao publico, que he cheia de eloquencia, ternura e gratidão ao beneficio, e graça de se unir a esta Congregação, o que sempre dezejou», testemunha Frei Vicente Salgado (BACL, Ms. 801V.). Pouco depois, em 1776, faz a sua profissão. Dela legou-nos também oração latina.

12. Nem a passagem à vida conventual afastou o amor de Frei Manuel de Jesus pelos livros. Um amor constante e capaz de levar a enormes sacrifícios. No já citado *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem* (BACL, Ms. 505V., p. 287), Frei Vicente Salgado afirma que a vida claustral não abafou a veia de estudioso daquele de quem vimos tratando. Até «aos ultimos dias da sua vida – são incisivas palavras de Frei Vicente a respeito de Frei Manuel de Jesus – conservou uma paixão vivissima por ter e adquirir livros de materias novas, e interessantes aos seus estudos, e para satisfazer esta Bibliomania faltava muitas vezes ao substancial da comodidade precisa ao homem que estuda».

No Convento de Nossa Senhora de Jesus, que alcançara, como diz Frei Vicente, fama de «huma Athenas Literaria», o Padre Oliveira Ferreira, além de Mestre de Teologia e Moral, encontrou, precisamente, outro meio de prolongar e alimentar ainda a paixão de bibliófilo. Desempenhou, aí, também o cargo de bibliotecário, sendo encarregado de proceder «à colocação dos livros por boa ordem na Livraria», o que foi aceite pelo Padre Mestre Frei José de Santa Rosa Teixeira por o entender «com particular aptidão, e genio para o ministerio» e por «se ter oferecido gostosamente para o referido trabalho» (BACL, Ms. 354V, fl. 19 v., aliás transcrito, nesta parte, por Álvaro Neves num artigo publicado no *Boletim Bibliográfico da Academia, das Sciências de Lisboa*, 2.^a série, vol. 1, 1911-1916, p. 192 e s.)

13. O amor aos livros levado à abnegação, ao sacrifício da comodidade própria, e a aptidão bibliográfica, consequência do desejo de saber e do leque cultural por ele abrangido e alcançado, constituem dois vectores fundamentais de compreensão da livraria do Padre Oliveira Ferreira. Mas não elucidam certos pontos. Como logrou ou que meios ou disponibilidade materiais tinha para

adquirir uma tão grande, múltipla e valiosa colecção? – Pergunta esta tanto mais pertinente quanto, é certo, que as suas raízes foram humildes e não desempenhou actividades e cargos de alta remuneração. Como, porque vias, e a quem adquiriu um tal conjunto? Estamos no século XVIII e, que se saiba, ele jamais viajou para fora de Portugal.

Quanto à primeira interrogação, convém ter presente que embora os pais do Reitor de Oliveira de Azeméis hajam sido gente modesta, eles possuíam alguma coisa de seu e que a família, como se anotou, estava em franca ascensão. De resto, sabemos, pelo seu testamento, que herdou património dos pais, de que ainda dispunha nesse acto de última vontade. Por outro lado, a Reitoria de Oliveira de Azeméis proporcionava-lhe um rendimento anual não despreciando que podia mobilizar. No seu processo para o Santo Ofício, é estimado esse rendimento em cerca de duzentos e cinquenta mil reis – renderá até essa quantia, diz-se aí. Em derradeiro, mas talvez mais importante de tudo isso, estava a sua capacidade de sacrifício e privação ao longo de dezenas e dezenas de anos. A biblioteca, como teve oportunidade de insistir, foi o produto do *suor* de mais de meio século! A paixão dos livros levou-o a privar-se mesmo inclusive do vulgar e elementar. Até Frei Vicente Salgado, e por reporte ao tempo que o Padre Oliveira Ferreira viveu na clausura, formula estranheza e talvez uma certa censura quanto a tal abdicação. O que não deixa de ser motivo de alguma surpresa. Vindo de um franciscano a respeito de outro franciscano... O apego aos livros estava-lhe inato. E só cedeu ante a Fé, que o conduziu a doar a biblioteca a Nossa Senhora de Jesus intercessora para Deus. É certo que reservou, até ao fim da vida, o direito de fruição, mas deu-lhe um destino imediato e quis, desde logo, isto é, mesmo antes do fim do seu trajecto humano, que fosse pública; pudesse também ser usufruída por todos os que tivessem capacidade cultural e v. g. por saberem ler; em prol, consequentemente, da comunidade. Do bem comum. Amar a Deus sobre tudo e o próximo como a nós mesmos. Os dois mandamentos fundamentais. Note-se, aliás, que a leitura pública da livraria do Convento em 1796, já depois da morte do nosso biografado, ainda estava *in via*, como informa o *Almanache* para esse ano, justamente recordado por Fernanda Guedes de Campos no livro *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, Catálogos e Leitores no ambiente religioso (século XVIII)*, Lisboa, 2015, saído, pois, já ulteriormente à data de apresentação do texto desta comunicação à Academia das Ciências.

Como e a quem comprou? A tal respeito, convirá ter presente em primeiro lugar que no período de coleccionismo do Padre Oliveira Ferreira, ou seja a partir da terceira década de Setecentos e até finais de 1782, existia em Portugal uma rede importante de livreiros em que se contavam, inclusive, alguns italianos e ainda mais franceses (principalmente briançoneses), a que ele podia recorrer e que serviam de ponte e asseguravam o transporte de livros vindos de múltiplos centros produtores europeus (Antuérpia, Colónia, Mogúncia, Frankfurt, Neuchâtel, Genebra, Lyon, Avinhão e Veneza), com «locais de transbordo ou de embarque para a Península Ibérica, nomeadamente, Portugal». É esclarecedor, sobre isso, o mapa dos centros e pontos de transferência que se pode ver na obra que Fernando Guedes dedicou aos *Livreiros franceses do Delfinado em Portugal no século XVIII* (Lisboa, 2012). Não vamos, naturalmente, fazer um elenco desses livreiros e comerciantes de livros, para o conhecimento dos quais fornecem abundantes dados, v.g., os estudos de Pinto Loureiro, Manuela D. Domingos e Fernando Guedes, citando apenas alguns estudiosos da história do livro em Portugal no século XVIII, para os quais remetemos os eventuais interessados em aprofundar tal matéria. A importância desse comércio foi sempre crescendo e se é certo que também ele padeceu com o terramoto de 1755 em Lisboa, não é menos certo que muito pouco depois, como observa Manuela D. Domingos com base no depoimento de Frei Manuel do Cenáculo, os estrangeiros tinham já bom sortimento de livros: «Segundo o testemunho de Fr. Manuel do Cenáculo, após o terramoto em Dezembro de 1756, entre os estrangeiros que já tinham, de novo, bom sortimento de livros, contavam-se o saboiano Gnecco e Dubeux, Bertrand, Bonnardel, Ginioux, franceses» (*Livreiros de Setecentos*, Lisboa, 2000). E note-se que o comércio livreiro não era restrito apenas a Lisboa, mas existia também em Coimbra e Porto (uma lista dos livreiros e mercadores de livros desta cidade abarcando o período da vida do Padre Oliveira Ferreira pode-se ver no estudo de Maria Adelaide Meireles sobre *Os livreiros do Porto no século XVIII. Produção e comércio*, Porto, 1995). De resto, sabemos que os comerciantes de livros não só importavam e permitiam a circulação de livros ortodoxos, mas inclusive perfuravam a censura trazendo e pondo ao alcance dos interessados obras proibidas. Deste prisma, são ilustrativos numerosos casos colacionados por Teresa Payã Martins na sua monumental dissertação *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII* (Lisboa, 2005).

À rede comercial devem-se acrescentar os contactos e eventual ajuda que o Padre Oliveira Ferreira podia ter através dos círculos intelectuais em que se movia e, ainda, as ligações proporcionadas pelas estruturas eclesiais nas quais estava inserido. Em primeira linha, mediante D. Frei José Maria da Fonseca e Évora relativamente a Itália.

*

Sobre o Padre Oliveira Ferreira muito e mais se poderia escrever. A paciência do benévolo leitor tem, porém, limites. E pensamos que quanto se alinhou permite visionar o perfil de um Homem, notável pela Fé e pela Cultura, que foi, simultaneamente, e por igual, um Erudito e um Bibliófilo, de cujo legado a Academia das Ciências é e continuará a ser a depositária e de que é usufrutuária, bem como todos os investigadores que da sua livraria conventual – a *livraria dos frades* – se servirem.

Caso singular, aquele que seguimos, não se trata, porém, de caso único ou isolado. O levantamento e estudo de outros casos excepcionais espera os historiadores e importa para a compreensão de uma época. Integra, também, o perfil de cada sociedade que tem de ser encarado de ângulos os mais diversos para a imagem ser clara e pedagógica aos dias de hoje¹.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2014)

¹ Desejamos expressar o nosso reconhecimento a todas as instituições e pessoas que, de uma forma ou outra, com observações e indicações bibliográficas ou rara disponibilidade, contribuíram para que pudéssemos levar a cabo a comunicação que serviu de base ao texto ora publicado. Desde logo, à Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, à Biblioteca Nacional de Portugal, à Biblioteca Pública de Évora, à Biblioteca da Ajuda, à Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa pelas facilidades que me facultaram. Pelos dados viabilizados um muito obrigada ao Dr. Fernando Guedes e o Dr. Luís Farinha Franco. Agradecimento particular vai para os académicos que comentaram com perguntas e questões a nossa exposição – os Profs. António Dias Farinha, Manuel Braga da Cruz, Teresa Rita Lopes, Raúl Miguel Rosado Fernandes e Padre Cerqueira Gonçalves. As suas intervenções permitiram esclarecer, enriquecer e desenvolver vários pontos. Bem hajam.